



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do Objetivo

A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, com objetivo de proteger o patrimônio público e garantir a integridade da subestação interna de energia elétrica do seu edifício sede e dos equipamentos dela integrantes, inicia processo licitatório para realização de contratação para prestação de serviços de manutenção do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio por gás HFC-227ea (FM-200), teste hidrostático e recarga de cilindros de gás, com fornecimento de peças.

2. Da Modalidade e Fundamentação da Contratação

2.1. Por se tratar de contratação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002, o certame licitatório será realizado na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica.

2.2. Para a contratação dos serviços, manifesta-se a observância dos ditames da Lei Federal nº 10.520/2002, e supletivamente, da Lei Federal nº 8.666/1993, em detrimento das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Aplica-se, por analogia, as disposições da IN nº 05/2017 e suas alterações, em razão da ausência de regulamentação estadual específica.

3. Do Regime de Execução

3.1. O Objeto será executado segundo o Regime de Execução de Empreitada por Preço Global, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea “a” da Lei n.º 8.666/1993, uma vez que o objeto a ser contratado apresenta preço certo e total, sendo possível o seu dimensionamento prévio com exatidão.

4. Justificativa

4.1 A Secretaria de Estado de Fazenda desempenha papel fundamental na sociedade fluminense, uma vez que a sua missão é orientar, acompanhar e avaliar o registro dos atos e fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, de forma a produzir informações para a tomada de decisão pelos Gestores, para o Controle Interno, Externo e Social.

4.2 Para o desenvolvimento de suas finalidades institucionais e administrativas e aperfeiçoamento da sua gestão, a Secretaria conta com uma unidade sede, a qual concentra o maior número de atividades, visto que atende aos seus Órgãos Centrais, e fica localizada na Av. Presidente Vargas, n.º 670, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

4.3 A Sede da Secretaria, visando a proteção e a integridade da sua subestação interna de energia elétrica, edificada na área de estacionamento do imóvel, e dos equipamentos dela integrantes contra riscos de incêndio, bem como a redução das consequências de possível incêndio e de sua propagação para outras áreas da edificação, possui, desde 2011, sistema fixo automático por gás, pelo método de inundação total,

o qual utiliza como agente gasoso limpo de supressão de incêndio o agente extintor heptafluoropropane (HFC-227ea), conhecido comercialmente como HFC-227, FE-227 ou FM-200.

4.4 O sistema fixo automático por gás, pelo método de inundação total, é um dos métodos de proteção contra incêndio previsto no Código de Segurança contra Incêndio e Pânico – COSCIP (Decreto n.º 42, de 17 de dezembro de 2018) e recomendado para subestações elétricas pela ABNT NBR 13231, sendo os requisitos para sua instalação estabelecidos na Nota Técnica n.º 2-13:2019 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ.

4.5 De acordo com o item 4.18 da NT 2-13:2019 do CBMERJ, o sistema de inundação total é um “sistema desenhado para aplicação do agente extintor no ambiente onde está o incêndio, de forma que a atmosfera obtida impeça o desenvolvimento e manutenção do fogo”.

4.6 Em complemento, cita-se que o item 4.1, a, da Instrução Técnica n.º 21 do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG. IT 21), referenciada pela NT 2-13:2019 do CBMERJ, descreve a inundação total como a “descarga de gases, por meio de difusores fixos no interior do recinto que contém o equipamento protegido, de modo a permitir uma atmosfera inerte com uma concentração determinada de gás a ser atingida em tempo determinado”.

4.7 O sistema mencionado é formado por equipamentos responsáveis pela detecção, alarme e combate a incêndio, sendo composto por painel central de sinalização e comando, detector óptico de fumaça, sirene de abandono, acionador manual, chave de bloqueio do gás, cilindros, válvula de descarga do cilindro, cabeça de atuação elétrica, atuador pneumático, atuador manual, pressostato, tubo flexível de atuação pneumática, difusores, tubos, conexões de ferro e suportes da tubulação. Para que esse sistema opere de maneira eficaz, os seus componentes necessitam de manutenção e os cilindros necessitam de inspeções de segurança periódicas e a cada enchimento, procedimentos que avaliarão a sua operacionalidade e a adequação dos cilindros aos limites permitidos para reutilização com segurança.

4.8 Cita-se que a ABNT NBR 17240, que especifica os requisitos para projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas manuais e automáticos de detecção e alarme de incêndio, prevê a realização de manutenção periódica como um conjunto de medidas necessárias para verificação de funcionamento, diagnósticos, calibragem, limpeza e saneamento de falhas do sistema de detecção e alarme de incêndio.

4.9 Ademais, segundo a NR-13, que estabelece requisitos mínimos para a gestão da integridade estrutural de caldeiras, vasos de pressão, suas tubulações de interligação e tanques metálicos de armazenamento nos aspectos relacionados à instalação, inspeção, operação e manutenção, o intervalo máximo entre as inspeções de segurança periódicas (exame externo) para os cilindros categoria V é de 5 (cinco) anos.

4.10 Nesse ponto, cabe destacar que os 02 (dois) cilindros componentes do sistema de extinção de incêndio por agentes gasosos instalados na Sede da Secretaria passaram por inspeção em 13 de outubro de 2017, motivo pelo qual desde o dia 13 de outubro de 2022, data final de sua validade, necessitam passar por nova inspeção para atestação da sua operação segura.

4.11 Além disso, informa-se que, no fim da noite do dia 28/05/2022, após a explosão de várias baterias que compõem um banco de 80 (oitenta) unidades de 150A (cento e cinquenta amperes) cada, o sistema fixo de proteção contra incêndio realizou o acionamento automático dos cilindros, fazendo com que os cilindros liberassem o gás extintor, evitando danos de maiores proporções. Portanto, no presente momento, ambos os cilindros se encontram sem carga de gás suficiente para a supressão de eventual sinistro.

4.12 Assim, considerando a importante atuação do sistema fixo automático por gás, pelo método de inundação total, para contenção e diminuição da propagação de incêndio na subestação interna de energia elétrica da Sede da Secretaria, bem como a necessidade de sua manutenção e inspeção de segurança periódica e de recarga de gás para operação eficaz e segura, faz-se necessária a realização de contratação para revisão e manutenção do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio por gás HFC-227ea (FM-200), incluída a inspeção e a recarga dos cilindros de gás.

5. Do Objeto

5.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de

manutenção do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio por gás HFC-227ea (FM-200), teste hidrostático e recarga dos cilindros de gás, com fornecimento de peças, instalado na subestação interna de energia elétrica da Sede da Secretaria de Estado de Fazenda, conforme condições, especificações, e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência.

5.2. A identificação do serviço, de acordo com o Sistema Integrado de Gestão de Aquisições, é a seguinte:

ID	Código do Item	Descrição
181820	0557.005.0005	Serviços de revisão e manutenção de sistema de detecção, alarme e combate a incêndio por gás HFC-227EA (FM-200), com fornecimento de peças.
154975	0557.018.0001	Contratação de serviço especializado em teste hidrostático, tipo serviço: teste hidrostático, inspeção, certificação com emissão de laudo de avarias para cilindros de ar comprimido, origem: pessoa jurídica.
181855	0639.004.0016	Serviço de recarga de cilindro de gás HFC-227ea (FM-200), forma de fornecimento: recarga 98kg, origem: pessoa jurídica.
181856	0639.004.0017	Serviço de recarga de cilindro de gás HFC-227ea (FM-200), forma de fornecimento: recarga 83kg, origem: pessoa jurídica.
181936	6140.001.0057	Bateria Eletroeletrônicos, equipamento: alarme, modelo-fabricante: bateria-chumbo-acida-selada, capacidade nominal: 24VDC.
181935	6665.002.0007	Detector de fumaça, tipo: óptico, alimentação: 24V, material: plástico ABS, corrente de trabalho: 24V, características adicionais: compatível com sistema Chemetron Fire System.

5.3. O serviço a ser contratado é classificado como serviço de natureza comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, e de prestação não continuada, tendo em vista que o seu objeto se finda uma vez executadas integralmente as obrigações relativas à prestação.

5.4. Os serviços serão prestados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

5.5. A prestação dos serviços a serem contratados não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. Requisitos da Contratação

6.1. Os serviços contratados deverão ser executados por profissionais habilitados e capacitados, a fim de garantir o funcionamento adequado do sistema e os cilindros em condições permitidas para serem reutilizados de forma segura.

6.2. A contratada deverá dispor de local adequado, para execução dos serviços cuja realização necessite ocorrer nas suas dependências, e de todas as ferramentas, equipamentos, acessórios e EPIs necessários à perfeita execução dos serviços.

6.3. Os profissionais empregados na execução dos serviços deverão apresentar-se devidamente uniformizados e com crachá de identificação, sendo essencial a disponibilização e a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e/ou equipamentos de proteção coletiva (EPC) exigidos para cada tipo de atividade.

6.4. Os serviços deverão ser executados de acordo com os requisitos mínimos previstos em normas técnicas aplicáveis, sendo recomendada, especialmente, a observância da NFPA 2001, NR-13, ABNT NBR 17240 e

6.5. A Contratada deverá registrar e apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da emissão da ordem para início dos serviços, a devida Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica pelos serviços objeto das presentes especificações, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) em sua habilitação técnica, comprovadamente paga, conforme determina o art. 1 da Lei n.º 6.496/1977, o art. 3º da Resolução n.º 1.137/2023 do CONFEA, o art. 45 da Lei n.º 12.378/2010 e o art. 1º da Resolução n.º 91/2014 do CAU/BR.

6.6. A Contratada deverá emitir, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos da emissão da ordem para início dos serviços, declaração de responsabilidade técnica, que deverá ser assinada pelo responsável técnico pela prestação do serviço.

6.7. Para a assinatura do contrato, a empresa a ser contratada deverá comprovar a validade do registro de credenciamento como empresa instaladora perante o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, na forma do item 6.1.1, da Nota Técnica 1-01, de 04 de setembro de 2019, parte 1, do CBMERJ.

6.8. No ato da contratação, a empresa a ser contratada deve possuir conta corrente no Banco Bradesco S/A, informando número e agência antes do ato de assinatura do contrato, para realização dos pagamentos.

6.9. Não será admitida a participação de cooperativas, com fundamento na Súmula nº 281 do TCU e a Orientação Administrativa PGE nº 08.

6.10. É vedada a participação de consórcio, por não se tratar de questão de alta complexidade ou de relevante vulto que possa impedir a ampla participação de empresas isoladamente (Acórdão-TCU-Plenário 2831/2012).

6.11. Não será admitida a subcontratação do objeto desta licitação.

6.12. Dos Possíveis Impactos Ambientais e Critérios de Sustentabilidade

6.12.1. Deverão ser observados os requisitos dispostos no art. 2º, I ao VIII, do Decreto Estadual nº 43.629/2012 e no art. 13, §3º, I ao VIII, do Decreto Estadual nº 46.642/2019.

6.12.2. Na execução dos serviços deverão ser observadas as seguintes disposições, no que for aplicável: Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e o decreto federal nº 10.936/2022, regulamentador da referida lei; e a Lei Estadual nº 4.191/2003, que dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos.

6.12.3. Nos termos da Resolução CONAMA nº 267/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

6.12.4. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e triclouroetano), obedecendo às seguintes diretrizes.

6.13. Vistoria

6.13.1. As empresas interessadas poderão, com a finalidade de balizar a previsão de seus custos e a formulação da sua proposta, visitar as instalações da Contratante.

6.13.2. A vistoria poderá ser realizada, até o recebimento das propostas, por profissional qualificado da licitante, com conhecimento técnico para tanto, ou por profissional terceirizado competente devidamente indicado, em horário comercial (das 09:00 às 17:00 horas), de segunda a sexta-feira.

6.13.3. Para realização da vistoria, as empresas interessadas poderão agendar a visita com a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, por meio do endereço eletrônico: rdsferreira@fazenda.rj.gov.br e/ou telefone: (21) 2334-4618.

6.13.4. Independente da sua opção pela realização ou não da vistoria, a empresa proponente deverá apresentar declaração formal, nos moldes do **Anexo X** deste Termo de Referência, de que conhece plenamente as condições e peculiaridades da contratação.

6.13.5. Caso a empresa opte por não efetuar a vistoria nos locais em que serão prestados os serviços objeto desta contratação, sendo a contratada, não poderá alegar posteriormente desconhecimento das condições dos locais como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato ou atrasos em sua implementação.

6.14. Garantia Contratual

6.14.1. A Contratada se obriga a prestar garantia, durante toda a vigência do contrato, de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo apresentar o comprovante à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura do Termo de Contrato, em uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou título da dívida pública a ser depositada via DARJ;
- b) fiança bancária; ou
- c) seguro-garantia.

6.14.2. A garantia será restituída após o encerramento do contrato, descontados, se for o caso:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II. prejuízos diretos causados à Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada.
- IV. obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

6.14.3. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

6.14.4. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

6.14.5. O levantamento da garantia contratual por parte da Contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

7. Modelo de Execução do Objeto

7.1. A prestação dos serviços deverá contemplar a manutenção de todos os componentes do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio por gás, o teste hidrostático e a recarga dos cilindros de gás HFC-227ea (FM-200), e a reposição de peças necessárias para o funcionamento do sistema.

7.2. As especificações detalhadas do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio por gás encontram-se descritas nos **Anexos I, II, III, IV e V**.

7.3. A execução dos serviços deverá ser iniciada a partir de notificação da Contratante, por meio de ordem de serviço, conforme modelo constante no **Anexo XII**, a qual será emitida em até 05 (cinco) dias úteis da data da publicação do extrato do Contrato no DOERJ.

7.4. Os procedimentos de manutenção do sistema de detecção e alarme de incêndio por gás deverão seguir as instruções contidas na ABNT NBR 17240 e na NFPA 2001, no que for aplicável.

7.5. Os procedimentos de teste hidrostático e recarga de cilindros de gás deverão seguir as instruções contidas na ABNT NBR 15417, NR-13 e NFPA 2001, no que for aplicável.

7.6. Deverá ser realizada manutenção preventiva e corretiva do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio por gás, com a finalidade de prevenir, identificar e corrigir falhas que possam comprometer o funcionamento adequado do sistema.

7.7. O sistema de detecção e alarme de incêndio é controlado pelo Painel Chemetron Micro XLT, que recebe informações dos detectores pontuais, acionadores manuais e demais equipamentos interligados aos lados do painel e envia sinais para atuação da sirene de abandono da área, ativação do sistema de combate por gás e sinalização do interior do ambiente protegido. O sistema poder ser acionado de forma automática ou manual.

7.8. A manutenção preventiva deve garantir o funcionamento do sistema, ou registrar em relatório as suas restrições ou falhas, para correção imediata.

7.8.1. Durante a manutenção preventiva deverão ser executadas, no mínimo, as seguintes atividades:

7.8.1.1. Medição da corrente dos sistemas em cada circuito de detecção, alarme e comandos;

7.8.1.2. Verificação da supervisão em cada circuito de detecção, alarme e comandos;

7.8.1.3. Verificação visual do estado geral dos componentes da central e condições de operação;

7.8.1.4. Verificação do estado e carga das baterias;

7.8.1.5. Medição de tensão da fonte primária;

7.8.1.6. Verificação se houve alteração nas dimensões da área protegida, ocupação, utilização, novos equipamentos, ventilação, ar-condicionado, piso elevado, forro ou criação de novas áreas em relação à última revisão do projeto;

7.8.1.7. Verificação de danos nas redes de eletrodutos ou fiação;

7.8.1.8. Limpeza dos componentes do sistema, se necessária.

7.8.2. No prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da finalização das atividades de manutenção preventiva, deverá ser apresentado, em formato digital, à Comissão de Fiscalização do Contrato relatório de manutenção preventiva do sistema, no qual serão descritos todos os procedimentos realizados, as não conformidades verificadas e as ações necessárias para o correto funcionamento do sistema.

7.9. A manutenção corretiva se destinará as correções necessárias identificadas no relatório da manutenção preventiva, por meio da reparação ou substituição de peças e componentes, de forma a restabelecer o funcionamento integral do sistema.

7.9.1. Estão incluídos no serviço de manutenção corretiva a substituição dos 04 (quatro) detectores ópticos

de fumaça e das 02 (duas) baterias 24VDC que integram o sistema, de acordo com as especificações e os quantitativos previstos neste Termo de Referência, e de outros componentes necessários para o correto funcionamento do sistema.

7.9.2. Após os procedimentos de manutenção corretiva deverá ser realizada uma nova verificação geral de funcionamento, a partir da realização de testes, e, como resultado, deverá ser emitido relatório que ateste o funcionamento adequado.

7.9.3. No prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da finalização das atividades de manutenção corretiva, deverá ser apresentado, em formato digital, à Comissão de Fiscalização do Contrato relatório de manutenção corretiva do sistema, no qual serão descritos todos os procedimentos realizados para o correto funcionamento do sistema, inclusive as peças e os componentes porventura substituídos, e atestará o seu funcionamento adequado.

7.10. Deverá ser realizado teste hidrostático e recarga de cilindros de gás, com objetivo de atestar que os cilindros estão dentro dos limites permitidos para serem reutilizados com segurança e que tem capacidade adequado para supressão de incêndio.

7.11. Os cilindros a serem inspecionados e recarregados apresentam as seguintes especificações:

7.11.1. 01 (um) Cilindro da marca Manchester, tipo fixo, fabricado em 08/2007, grupo 5, classe C, categoria V, com 98 kg de gás HFC-227ea;

7.11.2. 01 (um) Cilindro da marca Manchester, tipo fixo, fabricado em 04/2011, grupo 5, classe C, categoria V, com 83 kg de gás HFC-227ea;

7.12. Consideram-se incluídos nos serviços de teste hidrostático e recarga de cilindros de gás:

7.12.1. Desconexão elétrica e mecânica e retirada dos cilindros descarregados;

7.12.2. Transporte até o local de execução;

7.12.3. Teste de estanqueidade com verificação de micro vazamentos;

7.12.4. Teste Hidrostático;

7.12.5. Verificação de pontos de oxidação e realização de tratamento anticorrosivo, caso necessário;

7.12.6. Manutenção das válvulas com substituição dos componentes que compõem o kit de vedação, como troca de anéis o-rings, borrachas de vedação e válvulas de retenção de pressão, lubrificação interna dos componentes mecânicos;

7.12.7. Teste do solenoide para acionamento automático;

7.12.8. Teste do atuador manual da válvula de descarga;

7.12.9. Etiquetagem dos cilindros com informações básicas;

7.12.10. Calibração (ou substituição, se necessário) do manômetro de pressão da válvula de descarga;

7.12.11. Serviço de transvasagem;

7.12.12. Pintura dos cilindros;

7.12.13. Recarga;

7.12.14. Pressurização

7.12.15. Transporte até o local de instalação;

7.12.16. Reconexão elétrica e mecânica dos cilindros carregados.

7.13. A Contratada fornecerá, obrigatoriamente, após a execução do teste hidrostático, certificado de inspeção dos cilindros, com validade de 05 (cinco) anos.

7.14. Os cilindros deverão ser recarregados integralmente, de acordo com as suas capacidades.

7.15. Após a realização da recarga, deverá ser realizada verificação da pressão/carga do cilindro. Caso seja verificada a perda da pressão/carga, deverá ser solucionado problema de vedação e completada a carga de gás necessária.

7.16. Os cilindros que porventura não tiverem condições de serem recarregados deverão ser devolvidos com o respectivo laudo, explicitando os motivos pelos quais não puderam ser recarregados.

7.17. Após a realização do teste hidrostático e da recarga a Contratada deverá providenciar a colocação de etiquetas de identificação no cilindro, contendo as seguintes informações básicas: quantidade de agente, pressão de trabalho, próxima inspeção, série do cilindro, fabricante, nº do equipamento, PT, PMTA, PTH, volume, data de fabricação, grupo, classe, categoria, data de realização e validade.

7.18. A retirada, o transporte e a devolução dos equipamentos correrão por conta exclusiva da contratada, devendo esses custos estarem contemplados nos valores finais da proposta.

7.19. Os profissionais que realizarão os serviços deverão ser capacitados e estar tecnicamente habilitados para prestar o tipo de serviço contratado.

7.19.1. Os serviços deverão ser obrigatoriamente realizados por profissionais com vínculo empregatício junto à Contratada, sendo vedada a terceirização de quaisquer atividades objeto da contratação.

7.20. Dos materiais a serem fornecidos

7.20.1. Todas as peças e os componentes de reposição necessários para o funcionamento adequado do sistema deverão ser fornecidos e instalados pela Contratada, devendo seus custos diretos e indiretos serem considerados na proposta de preço apresentada pela Contratada.

7.20.2. As peças e os componentes substituídos deverão ser entregues à Comissão de Fiscalização do Contrato, ao final dos serviços executados.

7.20.3. Todas as peças e componentes fornecidos deverão ser novos e estar em conformidade com as normas do INMETRO e da ABNT, além de outras atestem a sua qualidade e a segurança de sua operação, no que for aplicável.

7.21. Da garantia dos serviços

7.21.1. A garantia dos serviços será de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo.

7.21.2. A garantia contemplará a reexecução de todos os serviços executados e a reparação ou a substituição de todas as peças fornecidas contra defeitos que comprometam ou impeçam o funcionamento adequado e

seguro do sistema, sem quaisquer ônus para a Contratada.

7.21.3. Sendo identificado defeito, após comunicação do contratante, a contratada deverá providenciar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, as devidas correções.

7.21.4. A garantia técnica será conferida mediante termo escrito (termo de garantia ou outro documento equivalente), a ser entregue pela Contratada à Contratante, que deverá observar o disposto no parágrafo único do art. 50 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990).

7.22. Do plano de execução das atividades

7.22.1. A Contratada deverá encaminhar para aprovação da Comissão de fiscalização do contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da emissão da ordem para início dos serviços, em formato digital, o Plano de Execução das Atividades, o qual deverá conter a descrição das atividades, com a indicação, inclusive, da periodicidade e das datas prováveis de execução de cada serviço.

7.22.2. Para elaboração do Plano de Execução das Atividades, a Contratada deverá seguir as orientações básicas das normas técnicas aplicáveis à execução dos serviços.

7.22.3. O Plano de Execução das Atividades deverá ser elaborado por responsável técnico legalmente habilitado e registrado no conselho de classe competente, e deverá descrever todos os serviços objeto do contrato.

8. Do Local e dos Prazos de Execução dos Serviços

8.1. Os serviços serão executados na Sede da Secretaria, localizada na Avenida Presidente Vargas, n.º 670, Centro, Rio de Janeiro/RJ, e no local apropriado designado pela Contratada.

8.2. O horário de execução dos serviços será das 09h às 17h, de segunda a sexta-feira, mediante agendamento prévio com a Comissão de Fiscalização do Contrato.

9. Da Vigência Contratual

9.1. O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação do extrato do contrato no DOERJ.

9.2. O prazo contratual poderá ser prorrogado, na forma prevista no art. 57, §1º, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

10. Do Procedimento de Gestão e Fiscalização da Execução

10.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o devido cumprimento do previsto pela Administração para a boa execução dos serviços contratados, atuando de forma proativa e preventiva, observando o estrito cumprimento das regras previstas no Termo de Referência e no Contrato, além da normatização aplicável.

10.2. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração, na qualidade de fiscais e gestores do contrato, que serão oportunamente designados pela Superintendência de Compras e Contratos, por meio de portaria de nomeação, conforme art. 8 da Resolução SEFAZ n.º 401/2022.

10.3. Aos gestores do contrato compete o preparo, a coordenação, o acompanhamento e o planejamento de

todas as atividades que compõe a gestão contratual durante a sua vigência, ficando ao seu encargo o cumprimento das atribuições constantes no art. 12 do Decreto Estadual n.º 45.600/2016 e art. 12 da Resolução SEFAZ n.º 401/2022, ou em outros atos normativos que venham a substituí-los.

10.4. Aos fiscais do contrato, além das competências previstas neste Termo de Referência, compete as atribuições previstas no art. 13 do Decreto Estadual n.º 45.600/2016 e art. 13 da Resolução SEFAZ n.º 401/2022, ou em outros atos normativos que venham a substituí-los.

10.5. A contratação deverá ser executada fielmente de acordo com as cláusulas avençadas e as normas aplicáveis, respondendo a Contratada pelas consequências da inexecução total ou parcial.

10.6. Os fiscais do contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

10.8. O fiscal da contratação, sempre que necessário, dirigir-se-á diretamente ao representante da empresa para tratar de assuntos relativos ao objeto da contratação.

10.9. A Contratada declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

10.10. A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.

10.11. A comunicação com a Contratada poderá ser feita por contato telefônico (posteriormente formalizada por escrito) ou por escrito, podendo ser por carta ou e-mail institucional.

10.12. Para assegurar a celeridade, facilitar o registro e o acompanhamento, os documentos de recebimento provisório/definitivo poderão ser encaminhados por e-mail.

10.13. Os fiscais do contrato poderão não efetuar o recebimento de qualquer entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

10.14. Ao fiscais designados pela Contratante caberá o ateste dos serviços iniciados, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Termo de Referência e com seus anexos, e na Proposta.

10.15. O fiscal e o gestor de contratos deverão atentar-se ao disposto no Decreto Estadual n.º 45.600/2016 e Resolução SEFAZ n.º 401/2022, ou em outros atos normativos que venham a substituí-los.

11. Do Recebimento Provisório e Definitivo

11.1. O processo de recebimento do objeto será regido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/1993:

11.1.1. O recebimento provisório deverá ser realizado em até 05 (cinco) dias corridos depois da entrega do

relatório descrito no item 7.9.3 e do certificado descrito no item 7.13 deste Termo de Referência, e da devolução dos cilindros retestados, recarregados e instalados, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta.

11.1.2. O recebimento definitivo será realizado em até 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento provisório. Nesta avaliação, o responsável pelo recebimento do objeto procederá à análise do objeto, quando então verificará se o serviço foi executado conforme os requisitos e condições exigidos neste Termo de Referência.

11.2. Se no período de recebimento provisório ou definitivo constatar-se que os serviços foram prestados em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, na Proposta e/ou no Contrato, com defeito ou incompleto, a Contratante notificará, por escrito, à Contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que a irregularidade seja sanada.

11.2.1. Os serviços rejeitados deverão ser reexecutados de acordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência e no Contrato e previstas na Proposta, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da notificação, cabendo à Contratada arcar com todos os custos decorrentes do refazimento.

12. Do Acordo de Nível de Serviço

12.1. A Contratante adotará Acordo de Nível de Serviço – ANS como instrumento para avaliação e controle da qualidade e desempenho dos serviços prestados pela Contratada, segundo os critérios indicados nos itens do **Anexo XIII**.

12.2. A prestação de serviço será monitorada para a avaliação da execução do serviço pela Comissão de Fiscalização do Contrato.

12.3. Caso seja identificado que não foram cumpridas as metas e que critérios não foram atendidos, haverá possibilidade de dedução do valor da remuneração do contrato, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas.

13. Do Pagamento

13.1. O pagamento será realizado à vista, em parcela única, em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento definitivo dos serviços e da atestação da nota fiscal emitida e apresentada pela Contratante.

13.2. Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no ANS - Acordo de Nível de Serviço, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do contrato, por meio da verificação da qualidade dos serviços prestados, adequação de prazos, obrigações contratuais, e demais exigências previstas neste Termo de Referência.

13.2.1. O valor de pagamento devido à Contratada corresponderá a seguinte fórmula:

$$VP = VF - (VF \times GFA)$$

Sendo:

VF = Valor da Fatura;

GFA = Glosa da Faixa de Ajuste do Pagamento

Onde:

·O valor da fatura (VF) corresponde ao valor da fatura apresentada, que deverá corresponder ao

serviço efetivamente prestado no período de referência;

·A glosa da faixa de ajuste do pagamento representa o valor, em percentual, da glosa apurada no Acordo de Nível de Serviços (**Anexo XIII**).

13.3. Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente do Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados pela contratada até o início da vigência da contratação.

13.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da Contratada, o prazo de 30 (trinta) dias corridos ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação da documentação correta.

13.5. O pagamento devido à Contratada não excederá os valores apresentados em sua proposta comercial.

14. Reajuste

14.1. O valor do contrato será passível de reajuste, após a anualidade da data da proposta, a fim de compor a variação efetiva do custo do produto no decorrer do contrato, sofrendo a incidência de atualização financeira pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

14.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15. Critérios de Seleção do Fornecedor

15.1. Da Forma de Seleção e Critério de Aceitabilidade e Julgamento da Proposta

15.1.1. O prestador do serviço será selecionado por meio da realização de licitação, na modalidade pregão eletrônico.

15.1.2. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

15.1.2.1. Valor Global: R\$ 138.480,02 (cento e trinta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais e dois centavos).

15.1.2.2. Valores Unitários: conforme valores unitários previstos na planilha constante no Anexo VII do Edital.

15.1.3. Para o julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do MENOR PREÇO GLOBAL.

15.2. Da Proposta e da Planilha de Custos e Formação de Preços

15.2.1. As licitantes deverão preencher a planilha de custos e formação de preços, conforme o **Anexo VI** deste Termo de Referência.

15.2.2. A elaboração da proposta deverá consignar obrigatória e expressamente o detalhamento de todos os elementos que formarão o preço final proposto, conforme **Anexo VII** deste Termo de Referência.

15.2.3. A proposta deverá conter a descrição do objeto observadas as especificações constantes do Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do item ofertado, bem como preços unitários e total detalhados em planilha.

15.2.4. Não serão aceitas propostas que estejam em desacordo com as especificações constantes deste Termo

de Referência, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários.

15.2.5. Antes de apresentar a proposta, a proponente deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração da qualidade.

15.2.6. O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto do presente Termo de Referência, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive com a logística necessária para prestação do serviço.

15.3. Qualificação Técnica

15.3.1. Para fins de demonstração da qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:

15.3.1.1. Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove o desempenho de atividade compatível em características e quantidades com as parcelas de maior relevância técnica da contratação, na forma do artigo 30, II c/c §1º da Lei Federal n.º 8.666/93.

15.3.1.1.1. São consideradas parcelas de maior relevância técnica:

- a) Manutenção de sistema de detecção e alarme de incêndio;
- b) Teste hidrostático de cilindros de gás.

15.3.1.1.2. O(s) atestado(s) deve(m) conter: o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o Órgão possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s), e a razão social e dados de identificação da instituição emitente como CNPJ, endereço e telefone.

15.3.1.1.3. Será admitido o somatório de atestados, desde que se refiram a prestações concomitantes e a serviços realizados que sejam compatíveis com o objeto desta contratação.

15.3.1.2. Comprovação de registro da pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), nos termos do art. 30, I da Lei n.º 8.666/1993, art. 59, da Lei n.º 5.194/1966, art. 5º c/c art. 10 da Lei n.º 12.378/2010, item 5.11 da Nota Técnica 2-13, de 04 de setembro de 2019, e item 6.9 da Nota Técnica 2-07, de 04 de setembro de 2019, ambas do CBMERJ.

15.3.1.3. Comprovação de credenciamento e habilitação como empresa instaladora junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), conforme art. 30, IV, da Lei nº 8.666/1993 e item 6.1.1, da Nota Técnica 1-01, de 04 de setembro de 2019, parte 1, do CBMERJ.

15.3.2. Para fins de demonstração da qualificação técnico-profissional, deverão ser apresentados:

15.3.2.1. Comprovação, na data de apresentação das propostas, de possuir ou de ter capacidade de possuir até o início da execução do contrato profissional registrado no CREA ou no CAU, que deverá ser responsável técnico pela execução dos serviços, com base no art. 30, §1º, I, da Lei Federal nº 8.666/1993, art. 1º, da Lei nº 6.839/1980, art. 1º da Resolução n.º 218/1973 do CONFEA, no art. 3º, itens 3 e 7.8, da Resolução n.º 21/2012 do CAU/BR, item 5.11 da Nota Técnica 2-13, de 04 de setembro de 2019, e item 6.9 da Nota Técnica 2-07, de 04 de setembro de 2019, ambas do CBMERJ.

15.3.2.2. A comprovação do subitem anterior poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho, contrato civil de prestação de serviços ou, ainda, de

declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência do profissional.

15.3.2.3. O responsável técnico indicado pela licitante deverá ser detentor de anotação(ões)/registro(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou no CAU da região onde os serviços foram executados. A(s) anotação(ões)/registro(s) de responsabilidade técnica deverão ser apresentadas pela licitante, a fim de comprovar que o profissional indicado executou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante, serviços de características semelhantes ao objeto da contratação, nos termos do art. 30, §1º, I, da Lei Federal nº 8.666/93.

15.3.3. A Contratante poderá realizar diligências para verificação da veracidade do(s) documentos apresentados, caso em que a proponente deverá prestar todas as informações e encaminhar todos os documentos necessários para a comprovação.

16. Obrigações da Contratante

16.1. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos e informações relativas à execução do objeto da contratação.

16.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, conforme disposto no Decreto Estadual n.º 45.600/2016 e na Resolução SEFAZ n.º 401/2022.

16.3. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

16.4. Receber provisória e definitivamente o objeto deste Termo de Referência.

16.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da contratação.

16.6. Verificar a manutenção das condições de habilitação estabelecidas neste Termo de Referência.

16.7. Notificar à Contratada por escrito a ocorrência de irregularidade na prestação dos serviços.

17. Obrigações da Contratada

17.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto desta contratação, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

17.2. Prestar os serviços contratados de acordo com as Normas, Portarias, Requisitos Técnicos e demais Legislações pertinentes à execução do objeto em questão, assumindo, inclusive, o compromisso de cumprir todas as normas relacionadas às questões ambientais, referentes ao descarte do produto dos cilindros.

17.3. Observar normas de segurança do trabalho durante a execução dos serviços.

17.4. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

17.5. Dispor de equipe de profissionais habilitados e capacitados para a execução dos serviços contratados.

17.6. Manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular necessários à

execução do objeto do contrato.

17.7. Entregar à Contratante a respectiva Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica, emitido pelo conselho correspondente, comprovadamente paga, referente aos serviços objeto deste Termo de Referência, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da emissão da ordem para início dos serviços.

17.8. Emitir declaração de responsabilidade técnica, que deverá ser assinada pelo responsável técnico pela prestação do serviço, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados da emissão da ordem para início dos serviços.

17.9. Agendar previamente a retirada e a devolução de qualquer componente do sistema com a Comissão de Fiscalização do Contrato.

17.10. Não transferir a terceiro a prestação do serviço, por qualquer forma, parcial ou integralmente, nem subcontratar a prestação a que está obrigada.

17.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na contratação.

17.12. Fornecer, no momento da assinatura do contrato, o número de telefone e o e-mail destinados a atender as solicitações da Contratante.

17.13. Manter atualizados seu endereço, e-mail, telefones e dados bancários.

17.14. Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e em sua Proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da execução do objeto.

17.15. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.

17.16. Atender, por meio de representante/preposto, qualquer solicitação por parte dos gestores ou fiscais da contratação, prestando as informações referentes ao serviço, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado.

17.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 18 a 25, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990).

17.18. Responder por todos os encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do objeto constante neste Termo de Referência.

17.19. Comunicar, por escrito, imediatamente, aos gestores e fiscais do contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

17.20. Assumir os riscos inerentes à execução destes serviços, responsabilizando-se também pela idoneidade moral de seus empregados, prepostos ou subordinados, bem como pelo comportamento nos locais de serviços, sendo que quaisquer prejuízos que esses causem aos bens e serviços da Contratante deverão ser ressarcidos, se materiais, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do ato administrativo que determinar seu valor.

17.21. Fornecer aos seus empregados uniformes, crachá e equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) para a perfeita realização dos trabalhos.

17.22. Orientar seus empregados quanto ao uso correto dos equipamentos de proteção individual (EPI), sendo seu uso obrigatório e individual, não se admitindo a utilização compartilhada ou coletiva.

17.23. Garantir por 12 (doze) meses todos os serviços dispostos neste Termo de Referência.

18. Infrações e Sanções Administrativas

18.1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

18.2. Os quadros abaixo descrevem o grau das penalidades específicas de acordo com as infrações cometidas:

Penalidades (Grau)		Correspondência
1		Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia corrido, a incidir sobre o valor global do contrato, limitado ao período de 10 (dez) dias de descumprimento, o qual ultrapassado será aplicada penalidade em grau imediatamente superior.
2		Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, aplicada de acordo com a proporcionalidade da infração cometida.
Infração		
Item	Descrição	Grau
1	Não manter preposto responsável para tratar com a Contratante sobre assuntos relacionados à execução do contrato, por dia.	1
2	Não apresentar, quando solicitado, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, por dia.	1
3	Deixar de apresentar notas fiscais, por ocorrência.	2
4	Deixar de cumprir determinação formal da comissão de fiscalização, por dia.	1
5	Atraso injustificado para início da prestação dos serviços, por dia.	1
6	Deixar de corrigir eventuais irregularidades verificadas no curso da execução contratual, por dia.	1
7	Deixar de apresentar ART dos serviços prestados no prazo determinado, por dia.	1
8	Deixar de apresentar o Plano de Execução das Atividades no prazo determinado, por dia.	1
9	Deixar de apresentar os relatórios e laudos previstos no Termo de Referência no prazo determinado, por dia.	1
10	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados indevidamente, por dia.	1
11	Inexecução total ou parcial do contrato, por ocorrência.	2
12	Apresentar documentação falsa, por ocorrência.	2

18.3. As penalidades descritas acima são meramente exemplificativas, reservando-se a comissão designada para fiscalização do contrato o direito de verificada a ocorrência de infração, segundo a proporcionalidade e a

razoabilidade, utilizar outros critérios para a dosimetria da pena.

18.4. As penalidades descritas acima serão aplicadas, sem prejuízo, das demais previstas na Lei nº 8.666/93 e no Contrato.

18.5. Nas reincidências específicas, a multa compensatória deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual 3.149/80.

18.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

19. Da Dotação Orçamentária

19.1. As despesas com a execução da presente demanda correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2023**, assim classificados:

UG: 200100 - SEFAZ

Programa de Trabalho: 04.122.0002.2016 - Manutenção das Atividades Operacionais/ Administrativas

Natureza da Despesa: 3390.39.18 – Reparo Adaptação e Conservação de Bens Imóveis

Fonte de Recursos: 1.500.100 - Ordinária Proveniente de Impostos

20. Anexos

Anexo I – Imagens dos equipamentos instalados- cilindro- 98KG.

Anexo II – Imagens dos equipamentos instalados- cilindro- 83KG.

Anexo III – Imagens dos equipamentos instalados- quadro de comando.

Anexo IV – Recorte -Planta do Ambiente, Isométricos e Detalhes do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio por gás HFC-227ea (FM-200).

Anexo V – Manual de Operação e Manutenção Painel Chemetron Micro XLT.

Anexo VI – Planilha de Custos e Formação de Preços.

Anexo VII – Proposta Detalhe.

Anexo VIII – Comprovante de realização de vistoria.

Anexo IX– Declaração de renúncia à vistoria.

Anexo X – Declaração de conhecimento das condições locais

Anexo XI – Declaração de responsabilidade técnica

Anexo XII – Modelo de Ordem de Serviço

Anexo XIII – Acordo de Nível de Serviço

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2023.

Elaborado:

ROBSON DA SILVA FERREIRA

Assistente II

Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura - COOEAR

ID nº 5145580-3

THIAGO SANTOS MATHIAS DA FONSECA

Assistente II

ISABELLA REGINA GIL
Coordenadora de Planejamento de Compras
ID Funcional: 5125984-2

Aprovado por:

RONALDO LEITE PACHECO AMARAL
Superintendente de Engenharia e Patrimônio
ID Funcional: 4366201-3

Anexo I

Imagens dos equipamentos instalados- cilindro- 98KG

Disponível no documento de indexador ([54526553](#)).

Anexo II

Imagens dos equipamentos instalados- cilindro- 83KG

Disponível no documento de indexador ([54526210](#))

Anexo III

Imagens dos equipamentos instalados- Quadro de comando

Disponível nos documentos de indexadores ([54526216](#))

Anexo IV

Recorte -Planta do Ambiente, Isométricos e Detalhes do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio por gás HFC-227ea (FM-200)

Disponível nos documentos de indexadores ([54526260](#))

Anexo V
Manual de Operação e Manutenção Painei Chemetron Micro XLT

Disponível nos documentos de indexadores ([54526646](#))

Anexo VI
Planilha de Custos e Formação de Preços

	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO			
	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio por gás HFC-227ea (FM-200), teste hidrostático e recarga de cilindros de gás, com fornecimento de peças, instalado na subestação interna de energia elétrica da Sede da Secretaria de Estado de Fazenda, conforme condições, especificações, e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência.			
Descrição dos serviços	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Serviços de revisão e manutenção de sistema de detecção, alarme e combate a incêndio por gás HFC-227EA (FM-200), com fornecimento de peças. ID: 181820 Código do item: 0557.005.0005	Serviço	01	R\$	R\$
Contratação de serviço especializado em teste hidrostático, tipo serviço: teste hidrostático, inspeção, certificação com emissão de laudo de avarias para cilindros de ar comprimido, origem: pessoa jurídica. ID: 154975 Código do item: 0557.018.0001	Serviço	02	R\$	R\$
Serviço de recarga de cilindro de gás HFC-227ea (FM-200), forma de fornecimento: recarga 98kg, origem: pessoa jurídica. ID: 181855 Código do item: 0639.004.0016	Serviço	01	R\$	R\$
Serviço de recarga de cilindro de gás HFC-227ea (FM-200), forma de fornecimento: recarga 83kg, origem: pessoa jurídica. ID: 181856 Código do item: 0639.004.0017	Serviço	01	R\$	R\$
Bateria Eletroeletrônicos, equipamento: alarme, modelo-fabricante: bateria-chumbo-acida-selada, capacidade nominal: 24VDC. ID: 181936 Código do item: 6140.001.0057	Unidade	02	R\$	R\$

Detector de fumaça, tipo: óptico, alimentação: 24V, material: plástico ABS, corrente de trabalho: 24V, características adicionais: compatível com sistema Chemetron Fire System. ID: 181935 Código do item: 6665.002.0007	Unidade	04	R\$	R\$
Valor total			R\$	

Anexo VII
Proposta Detalhe

Licitação por				
Processo nº				
A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente as condições estipuladas constante do EDITAL nº	CARIMBO DA FIRMA			
ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio por gás HFC-227ea (FM-200), teste hidrostático e recarga de cilindros de gás, com fornecimento de peças, instalado na subestação interna de energia elétrica da Sede da Secretaria de Estado de Fazenda, conforme condições, especificações, e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência.	Serviço	01	R\$	R\$
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: VALOR TOTAL DA PROPOSTA POR EXTENSO:				
OBSERVAÇÕES: 1ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá: - ser enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sem emendas e rasuras; - conter preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais;	Prazo de Execução: Conforme Termo de Referência (Anexo I). Validade da Proposta-Detalhe: 60 (sessenta) dias. Local de Execução: Conforme Termo de Referência (Anexo I) Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente. Em __/____/2023			

<p>2ª O Proponente se obrigará, mediante o envio da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos;</p> <p>3ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser devolvida até a hora e data marcadas</p> <p>4ª A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p>	<p>Firma Proponente</p>
	<p>Data ____/____/2023</p> <p>_____</p> <p>Firma Proponente - assinatura responsável</p>

Anexo VIII

Comprovante de realização de vistoria

ATESTO, para fins do disposto no Termo de Referência referente ao processo de contratação de serviço de manutenção do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio por gás HFC-227ea (FM-200), teste hidrostático e recarga de cilindros de gás, com fornecimento de peças, que a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º _____, com sede na _____, interessada em participar da licitação acima referenciada, promovida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade n.º _____, expedida por _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, no dia ____/____/20__ visitou as dependências da Unidade _____, situada na _____, e tomou conhecimento dos ambientes onde serão executados o objeto da contratação em epígrafe.

_____, ____ de _____ de 20__.

(Nome do representante da empresa que realizou a vistoria)

(Nome do servidor da SEFAZ-RJ que acompanhou a vistoria)
Id funcional: _____.

Anexo IX
Declaração de renúncia à vistoria
(Em papel timbrado da empresa)

À Pregoeira
Ref.: Pregão Eletrônico n.º

_____(Nome da empresa)_____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pelo(a) _____ e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o n.º _____,

DECLARA, para os devidos fins de comprovação, que a empresa optou por não visitar o local onde está instalado o sistema de detecção, alarme e combate a incêndio por gás HFC-227ea (FM-200), estando, assim, ciente de todas condições e peculiaridades da contratação, e estar apto à formação da Proposta Comercial dentro do prazo determinado com as informações disponibilizadas no Termo de Referência e anexos.

DECLARA, adicionalmente, que irá prestar fielmente o objeto da contratação nos termos do Termo de Referência e que está ciente de que não serão aceitas manifestações futuras sobre as condições físicas e operacionais, e que não poderá, em momento posterior, alegar a falta de conhecimento das condições estruturais para justificar eventuais futuros descumprimentos em relação ao Termo de referência ou contrato.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa

Anexo X
Declaração de conhecimento das condições locais
(Em papel timbrado da empresa)

À Pregoeira
Ref.: Pregão Eletrônico n.º

_____(nome da empresa)_____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pelo(a) _____ e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o n.º _____, **DECLARA** que tomou ciência dos detalhes do objeto contratual (situação atual, quantitativos dos equipamentos e extensão dos serviços), estando plenamente capacitada para elaborar a proposta, nos termos e condições estabelecidas no edital e seus anexos, assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução, não podendo ser alegado desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa

Anexo XI
Declaração de responsabilidade técnica

DECLARO que é (são) responsável(is) técnico(s) pela prestação do serviço objeto do certame em referência, o(s) profissionais(is) abaixo relacionado(s) e que essa indicação está em consonância com as normas do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Nome:

CREA/CAU nº.

Especialidade:

Data de Registro:

Assinatura RT:

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20 ____

Representante legal da empresa
(Obs: Emitir em papel timbrado da firma)

Anexo XII
Modelo de Ordem de Serviço

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:
Contrato nº: /	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA			
Razão social:			CNPJ:
Endereço:			
	Telefone:	Fax:	E-mail

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS					
	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$

Total					

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	

DEMAIS DETALHAMENTOS

LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade:	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, data	Local, data

Anexo XIII

Acordo de Nível de Serviço

1. FINALIDADE

Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela Contratada,

bem como garantir a qualidade dos serviços prestados.

2. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO

Planilha de controle dos serviços prestados, com registro de ocorrências pela Comissão de Fiscalização do Contrato.

O Acordo de Nível de Serviço (ANS) é o mecanismo que define em bases compreensíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento com base nos resultados dos serviços efetivamente prestados, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência e o estímulo à melhoria constante dos serviços prestados.

As ocorrências encontram-se organizadas de acordo com o crescente nível de severidade, correspondentes ao eventual impacto que causariam à normalidade dos serviços prestados.

O não cumprimento pela contratada dos níveis mínimos de desempenho implicará em ajuste nos repasses devidos (glosas), realizadas sobre o valor final a ser pago no período de referência, sem prejuízo da eventual aplicação das demais sanções administrativas previstas em tópico específico do Termo de Referência.

A avaliação da execução dos serviços será por meio de relatórios mensais e de acordo com os critérios de aferição estabelecidos neste instrumento, dentro dos prazos e obrigações definidos no Termo de Referência.

3. PERIODICIDADE

A avaliação do serviço será realizada pela fiscalização, conforme o cronograma de execução dos serviços a ser elaborado pela contratada. A Comissão de fiscalização do Contrato deverá elaborar relatório claro e objetivo, contendo as justificativas necessárias, a fim de subsidiar o acompanhamento sistemático da execução contratual.

4. INDICADORES

A avaliação da empresa(s) Contratada(s) será realizada em observação aos seguintes aspectos:

- a) Regularidade no cumprimento de prazos;
- b) Cumprimento das obrigações;
- c) Atendimento das especificações constantes do termo de referência.

5. MECANISMO DE CÁLCULO

A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no mês de referência para pagamento, conforme tabela abaixo:

CRITÉRIOS DA PONTUAÇÃO	
NÍVEL	PONTUAÇÃO
Criticidade baixa	1 (um)
Criticidade intermediária	2 (dois)
Criticidade alta	3 (três)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PAGAMENTO	
PONTUAÇÃO	FAIXA DE AJUSTE DO PAGAMENTO
0 a 5	Notificação, por escrito, para adequação. Pagamento integral da fatura
6 a 10	Desconto de 5% sobre o valor total a ser pago no período de referência
11 a 15	Desconto de 10% sobre o valor total a ser pago no período de referência
16 a 20	15% sobre o valor total a ser pago no período de referência
acima de 20 ou condutas classificadas com grau 3 reiteradas (mais de três ocorrências reiteradas).	Desconto de 20% sobre o valor total a ser pago no período de referência e comunicação ao superior para análise da viabilidade de aplicação de penalidade, conforme a discricionariedade e proporcionalidade avaliadas pela autoridade competente.

5.1. A aplicação da glosa, conforme tratada no quadro acima, para fins de pagamento, será aplicada de acordo com a fórmula prevista no item 13.2.1 do Termo de Referência.

6. AVALIAÇÃO:

Relação de ocorrências a serem utilizadas como forma de mensuração dos resultados obtidos na execução do objeto:

Item	Descumprimento	Critério	Pontuação	Pontuação final
1	Deixar de realizar os serviços de de manutenção nas datas previstas no Plano de Execução de Atividades.	Por ocorrência	1	
2	Deixar de realizar o serviço de teste hidrostático na data prevista no Plano de Execução de Atividades, permitindo que o equipamento fique com o prazo de validade do serviço vencido.	Por equipamento	2	
3	Deixar de realizar o serviço de recarga na data prevista no Plano de Execução de Atividades, permitindo que o equipamento fique sem carga suficiente para supressão de incêndio.	Por equipamento	2	
4	Não cumprir o prazo estabelecido para refazimento do serviço prestado em desacordo com o Termo de Referência e as normas técnicas aplicável.	Por equipamento	1	
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado.	Por ocorrência	1	

6	Executar serviços de manutenção em desacordo com as normas técnicas da ABNT, legislação aplicável.	Por equipamento	2	
Somatório da pontuação final				

7. MODELO EXEMPLIFICATIVO DO RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS

Terminado o período da prestação dos serviços, após o recebimento do relatório, a fiscalização informará a existência de ajuste no pagamento por meio da apresentação à Contratada do Relatório de Ocorrências, conforme modelo exemplificativo abaixo:

RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS				
Mês de referência				
Item	Ocorrência	Pontuação	Número de irregularidades registradas	Pontuação total
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
Total de pontos do período de referência				
Percentual de desconto na fatura mensal				
<div style="text-align: center;"> <hr/> Assinatura do fiscal do contrato Id funcional: Data: __/__/____ </div>				

7.1. A pontuação total de cada um dos itens listados na tabela acima será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PT = IR \times P$$

Onde:

PT = Pontuação total

IR = Número de irregularidades registradas

P = Pontuação

7.2. O número de irregularidades registradas deverá levar em consideração a pontuação do respectivo item.

7.3. O total de pontos do período de referência será o somatório da pontuação total obtida em cada um dos itens.

OBSERVAÇÕES:

- a) As penalidades contratuais poderão ser aplicadas independentemente dos critérios adotados neste ANS, decorrentes da gravidade ou reincidência da inexecução dos serviços.
- b) Após o período de referência, a Comissão de Fiscalização do Contrato deverá preencher este formulário para obtenção do resultado do Acordo de Nível de Serviço, com base nas ocorrências registradas durante todo o período.
- c) A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle.
- d) O pagamento do período de referência será efetuado em acordo ao cumprimento das metas estabelecidas no Acordo de Nível de Serviço.
- e) O valor do pagamento do período de referência será calculado mediante os serviços prestados de acordo com valores estabelecidos na proposta de preços, sendo devido somente os serviços efetivamente executados no período.
- f) Cada Nota Fiscal será encaminhada pela Comissão de Fiscalização do Contrato ao Setor de Competente junto com o referente formulário de ANS preenchido.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20 ____

Ass. e Carimbo – Comissão de Fiscalização do Contrato



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Santos Mathias da Fonseca, Assistente II**, em 07/12/2023, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robson da Silva Ferreira, Assistente II**, em 07/12/2023, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Fernandes Lessa, Coordenador**, em 07/12/2023, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Leite Pacheco Amaral, Superintendente**, em 07/12/2023, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabella Regina Gil, Coordenadora**, em 08/12/2023, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **64801109** e o código CRC **AB73A056**.

Referência: Processo nº SEI-040178/000171/2023

SEI nº 64801109

Av. Presidente Vargas, nº 670, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-001
Telefone: - www.fazenda.rj.gov.br